

DESCONSTRUÇÃO E SUBVERSÃO: JUDITH BUTLER ¹

DESCONSTRUCTION AND SUBVERSION: JUDITH BUTLER

Elvira Burgos Díaz*

Tradução de Magda Guadalupe dos Santos e Bárbara Bastos**

A ação liberadora da Desconstrução

A polêmica acompanha a obra de Butler. Em certas passagens de seus textos, em *Gender Trouble* e em particular em *Bodies that matter*, tem-se percebido um determinismo linguístico antibiologicista sem remissão que consistiria em sustentar que tudo, inclusive o corpo, é linguagem ou que não há nada mais que a substância das palavras. Conhecedora destas leituras, Butler volta em *Cuerpos que importan* ², como um de seus temas principais, a revisar essa espinhosa questão reiterando que sua posição não é a do construtivismo, mas aquela que transita pela trilha da desconstrução, preocupada em pôr em evidência os exercícios de exclusão, rechaço e marginalização presentes nas construções discursivas.

¹Este texto, além de incorporar novas análises sobre a obra de Judith Butler, reúne ainda, com algumas modificações, as reflexões já publicadas em meu livro *Qué cuenta como una vida. La pregunta por la libertad en Judith Butler* (BURGOS DÍAZ, 2008). Em particular, retomam-se aqui certos desenvolvimentos contidos nos capítulos. “Ni esencialismo ni constructivismo”, (pp.232-252), y “Quiebra de la posición simbólica privilegiada del Falo”, (pp.261-267).

* Professora de Filosofia da Universidade de Zaragoza, Espanha.

Texto traduzido por Magda Guadalupe dos Santos (PUC MINAS) e Bárbara Bastos (FIP/PUC MINAS). Nossos agradecimentos à Profa. Valéria De Marco Fonseca (PUC MINAS) e ao Prof. J.Lins Brandão (UFMG), pela revisão do texto. **Agradecemos também à autora pela delicada forma de lidar com a nossa constante interlocução.

² O título original do livro de Judith Butler é *Bodies that matter*. Seguem-se nessa tradução os títulos que constam do artigo em espanhol da autora, Elvira Burgos Díaz. Suas referências voltam-se para os textos de Butler tanto no original em inglês, quanto em traduções em espanhol. Como não se tem tradução em português dessas obras, fica aqui a referência apenas nas duas línguas.

A linguagem da performatividade e não a do construtivismo é a adequada para abordar sua aproximação ao sexo, ao gênero, e também ao corpo. O termo “construção”, sobretudo quando é entendido em sua acepção habitual como índice do facilmente cambiável, alterável, ou diretamente eliminável, possibilita confusões importantes que não permitem entender a formulação performativa da materialidade como processo de significação em que está implícita a repetição de normas. Não se trata, afirmamos, de negar taxativamente a matéria dos corpos. Butler escreve neste sentido:

Os corpos vivem e morrem; comem e dormem; sentem dor e prazer; suportam a enfermidade e a violência e alguém poderia proclamar ceticamente que estes “fatos” não podem se descartar como uma mera construção. Seguramente deve haver algum tipo de necessidade que acompanhe estas experiências primárias e irrefutáveis. E seguramente há. Porém seu caráter irrefutável de modo algum implica o que significaria afirmá-las nem através de que meios discursivos (BUTLER, 2002, p.13)³.

Os elementos discursivos acompanham aqueles tradicionalmente considerados “fatos” de realidade independente e alheia à ordem da linguagem. Butler prossegue perguntando-nos por que devemos conceber a construção discursiva como algo que poderia ser suprimido arbitrariamente. Ocorre que, com as configurações discursivas, vivemos e pensamos, e sucede que, renunciando a certas construções discursivas, como é o caso da noção mesma de “eu”, de identidade, não seriam viáveis algumas das operações corporais. Parece haver, afirma Butler, construções discursivas constitutivas, no sentido de que, sem elas, não parece possível a vida. Em tal caso, dirigir o olhar ao corpo como algo em certo modo construído exige um exercício de reflexão sobre o que significa o que chamamos construção.

Se consideramos, por outro lado, que em outra de suas direções, a tese do construtivismo, embora possa permitir manter a noção de sexo como dado prediscursivo sobre o que se erige a construção, como defendem, por exemplo, certas leituras que remetem a Simone de Beauvoir dentro do construtivismo, então também a partir disso se

³ Esta ideia a expressa Butler, de um modo similar em páginas posteriores deste mesmo livro: “Deve haver a possibilidade de admitir e afirmar uma série de ‘materialidades’ que correspondem ao corpo, a série de significações que assinalam as esferas da biologia, da anatomia, da fisiologia, da composição hormonal e química, da enfermidade, da idade, do peso, do metabolismo, da vida. Nenhuma delas pode ser negada. Porém o caráter inegável destas ‘materialidades’ de modo algum implica o que significa afirmá-la, em realidade, que matrizes interpretativas condicionam, permitem e limitam essa afirmação necessária” (BUTLER, 2002, p.108).

justifica o rechaço de Butler em reconhecer-se sob a opção construtivista. Butler destaca que as normas são as que materializam o sexo e que esse processo de materialização se faz possível pela reiteração, repetição obrigada das normas. Isso mostraria que a materialização do sexo, do corpo, não implica determinismo – tampouco, de início, voluntarismo –, porque não é de nenhum modo e nunca completa, já que se exige persistir nesse processo repetitivo de materialização. O corpo materializado não se ajusta de todo às normas. Fica um espaço, pela mesma dinâmica do processo que implica uma instável materialização, para a abertura, para que as normas se voltem contra si mesmas pondo em questão seu caráter hegemônico.

Essa concepção (concepção performativa) da materialidade situa a noção de performatividade sob a guia explícita da “citationalidade” derridiana: “A performatividade deve ser entendida”, diz Butler, “não como um ‘ato’ singular e deliberado, senão antes como a prática reiterativa e referencial mediante a qual o discurso produz os efeitos que nomeia” (BUTLER, 2002, p.18)⁴.

A partir dessa revisão butleriana da noção de matéria se explica que o gênero não pode mais ser afirmado como aquela construção que se elabora a partir de uma materialidade, do corpo, do sexo, anterior ao ato construtor artificial. Contudo, tampouco se conclui da ideia da elaboração performativa do sexo que o ele seja uma enganosa ficção linguística que podemos suprimir, posto que, ainda que seja um produto, isso não elimina que seja um âmbito de nossa vida, que seja um espaço de nossa inteligibilidade cultural. As relações entre sexo e gênero são objeto de uma reconceitualização que abarca o significado habitualmente dado ao construtivismo.

O construtivismo, em definitivo, argumenta Butler, abre uma polêmica de difícil solução: ou bem mantém o sexo como solo natural da construção, ou bem deságua num não menos problemático monismo linguístico ou construtivismo linguístico radical. A primeira versão do construtivismo implica em pôr limites ao construtivismo. A objeção a que deu lugar põe a ênfase na questão de que se a construção do gênero requer a figura de um sujeito que realize a construção de seu próprio gênero, trazendo de volta à cena o sujeito voluntarista que o construtivismo, precisamente, pretendia poder superar. O construtivismo

⁴ Na formulação original inglesa, aprecia-se o uso, traduzido obviamente para o inglês do termo de Derrida, o que não acontece na tradução castelhana de onde em lugar de “citational” encontra-se a palavra “referencial”: “not as a singular or deliberate ‘act’, but, rather, as the reiterative and citational practice by which discourse produces the effects that it names” (BUTLER, 1993, p.2).

linguístico radical, por outro lado, parece conduzir ao que Butler denomina “o performativo divino” (BUTLER, 2002, p.24), isto é, à ação de um construtor, semelhante a um deus, capacitado, pelo poder de sua vontade soberana e livre, para criar e para determinar exaustivamente o objeto de sua construção. A mais persistente objeção face a esta segunda versão propõe que uma tal construção determinista constrói também o próprio sujeito humano e faz isso de um modo que lhe arrebatava toda capacidade de ação, a liberdade de sua vontade, o que significa que a construção se impõe sobre o sujeito e, por consequência, não se pode recuperar logo o sujeito previamente negado.

O aprofundamento crítico nas assunções do construtivismo permite a Butler destacar o interesse de seu pensamento não em suprimir o sujeito, tampouco em voltar a recuperá-lo no sentido humanista, senão em rastrear as condições de sua formação, assim como de seus modos de ação, a capacidade de ação que lhe permite o próprio processo de sua produção.

O modo de operar a construção do sujeito traz consigo, de acordo com a ótica de Butler, muito preocupada na desconstrução da atividade da construção, a uma série de exercícios de exclusões mediante os quais se estabelece o que é o humano inteligível e o que fica fora das fronteiras do humano, rechaçado como inumano, como o abjeto inconcebível. Esse limite do humano é, para Butler, o “exterior constitutivo” do humano (BUTLER, 2002, p.26) – “constitutive outside” (BUTLER, 1993, p.8) –, que se encontra ali ameaçando as fronteiras marcadas do humano e abrindo com isso a possibilidade da desestabilização, da rearticulação do humano. O “exterior constitutivo” não é um “exterior absoluto” (“absolute outside”), não é um exterior ontológico oposto ao âmbito do discurso; somente pode conceber-se em relação ao discurso, nas margens do discurso. Essa é a razão pela qual Butler afirma que seu pensamento não pode ser aproximado nem do essencialismo, nem do construtivismo:

O debate entre o construtivismo e o essencialismo passa completamente por alto pela questão essencial da desconstrução, porque a questão essencial nunca foi a de que ‘tudo se constrói discursivamente’; essa questão essencial, quando se propõe, corresponde a uma espécie de monismo discursivo ou linguístico que nega a força constitutiva da exclusão, a supressão, a forclusão e a abjeção

violentas e seu retorno destrutivo dentro dos termos mesmos da legitimidade discursiva (BUTLER, 2002, p.27)⁵.

O problema do construtivismo é o que afirma, em certas ocasiões, a existência de certas estruturas, o discurso, a cultura, o poder, que se situa no lugar do sujeito que foi desalojado. O lugar fica assim inalterável, ainda que se modifique o ocupante, com o que, em definitivo, se reforça a tese metafísica da necessidade de um sujeito por detrás da ação, privilegiando-se, por uma parte, a concepção da construção não como atividade, mas como ato único e definitivo de efeitos permanentes, evitando-se, por outro lado, a esfera do excluído – o “exterior constitutivo” – que emerge no exercício mesmo da construção discursiva, estando ali nas bordas do que tem sido dotado de inteligibilidade, por isso, por encontrar-se nesse espaço de contato próximo, possui o ímpeto preciso para, a qualquer momento, inesperado às vezes, irromper no interior do discurso, desfazendo, deslocando as fronteiras e o significado das categorias formuladas. O construtivismo que não retém essa dimensão de atividade da construção estendida no tempo e que tampouco repara nos mecanismos de abjeção inerentes à construção, esse construtivismo, se é determinista, elimina a capacidade da ação humana.

Na proposta de Butler, que apela à dimensão performativa da construção, a construção deve ser entendida antes como um ato ou como um processo causal iniciado por um sujeito, como um processo que, no curso de seu devir temporal, funciona pela reiteração, *citação* de umas normas que são a ocasião para a formação do sujeito, das noções de sexo e de gênero, e que são ao mesmo tempo a ocasião para a desestabilização do sujeito sexuado e generizado. É justamente essa ideia da reiteração – na qual se acentua por sua vez que aquilo que enuncia o que não se diz, o que se fecha em cada ação de repetição discursiva – que indica que as construções se constituem de modo instável; porque na reiteração se estabilizam as normas e se oferece assim o espaço para o surgimento de fissuras que impossibilitam o completo e definitivo assentamento das normas e de suas produções. A performatividade, à vista destes apontamentos críticos sobre o

⁵ O texto em inglês diz assim: “The debate between constructivism and essentialism thus misses the point of deconstruction altogether, for the point has never been that “everything is discursively constructed”; that point, when and where it is made, belongs to a kind of discursive monism or linguisticism that refuses the constitutive force of exclusion, erasure, violent foreclosure, abjection and its disruptive return within the very terms of discursive legitimacy” (BUTLER, 1993, p.8).

construtivismo, é concebida por Butler, sob a inspiração de Derrida, como uma prática discursiva de reiteração de normas e de reiteração de práticas de exclusão, na qual o poder de fazer o que se nomeia não se faz na vontade do sujeito falante senão que esse poder é uma função derivada da cadeia ritual da reiteração.

A posição construtivista do idealismo linguístico, além de compreender os problemas do determinismo como incapaz de dar conta da ação humana, é acusada de negar os corpos, com seus processos de modificação, envelhecimento e morte. Butler adverte contra esse idealismo linguístico que postula a existência de elementos relativos ao corpo e ao sexo alheios ao labor da construção. Porém, sem admitir, como já foi dito, esse construtivismo radical, Butler postula que a afirmação do sexo ocorre sempre dentro de um processo discursivo de materialização, de onde se forma aquela mesma afirmação do sexo. A tese de Butler não é que o discurso origina ou causa o que anuncia, nem tampouco que o forma exaustivamente, senão que “não há nenhuma referência a um corpo puro que não seja ao mesmo tempo uma formação adicional desse corpo” (BUTLER, 2002, p.31).

Isso significa que a referência linguística aos corpos não é meramente descritiva, senão que tem um alcance performativo. Dizer que existe a materialidade do corpo é uma maneira de materializar o corpo. Quando, prossegue a argumentação de Butler, a opção anticonstrutivista diferencia o que em um corpo não é construído do que é construído, já está ali, na diferenciação mesma, atuando a operação discursiva que define o construído e o não-construído. O termo “referencialidade” deve ser reelaborado em uma direção performativa na qual não fique oculta a tarefa de significação que atua inclusive quando dizemos que nos “referimos” ao corpo não-construído, a uma realidade extradiscursiva. O chamado “extradiscursivo” não deixa de estar nomeado como tal por um exercício discursivo do que não pode ter êxito na liberação que reclama. Essa operação que decide o que é o material, qual é o objeto a que nos referimos, é uma operação de seleção, de certa violência, que delimita o que é o incluído dentro da categoria de sexo, de corpo material, e o que é o excluído. Daí que Butler nos proponha discutir a determinação do critério que diferencia os sexos no marco dicotômico da lei heterossexual a partir desse “exterior constitutivo” engendrado pelas elaborações discursivas predominantes, porque é assim que pode ser possível que o excluído subverta a lógica heterossexual. É por isso também que, em *Cuerpos que importan (Bodies that matter)*, Butler revê as críticas ao

construtivismo não para assumir essa posição, mas para questionar, de seu enfoque da performatividade, o dualismo sustentado pelo anticonstrutivismo entre materialismo e idealismo.

Face à teatralidade das *performances* de *Gender Trouble*, a proposta de *Bodies that Matter* destaca a historicidade da ação performativa do discurso que, no primeiro livro, embora não estando ausente, podia parecer dissimulada: “A performatividade não é nem um livre jogo nem autoapresentação teatral; nem pode ser simplesmente assimilada pela noção de *performance*” (BUTLER, 2002, p.145). Butler voltará mais tarde, em particular em *Excitable Speech: A Politics of the Performative*, a retomar com maior extensão sua noção de performatividade a partir da indagação crítica da teoria dos atos de fala de Austin e de Derrida, em especial. Nesse lugar, em seu estudo sobre a materialização do corpo, menciona a teoria de Austin e a indica como integrante da concepção divina do performativo que situa o poder performativo de fazer o que se diz na força da vontade de um sujeito. É a reformulação de Derrida a que é afirmada enquanto guia de sua própria análise. A “citacionalidade” e a “iterabilidade” (DERRIDA, 1989), como traços identificatórios do funcionamento e do caráter do performativo, implicam que o poder do performativo reside não em um sujeito singular, senão na dinâmica da menção de uma convenção, sem a qual, por exemplo, não teria efeito a celebração de um matrimônio.

Aplicando a citacionalidade ao campo do sexo, Butler conclui que a autoridade das normas do sexo provém do fato de que elas são citadas. Por esse mecanismo da citação nos identificamos com as normas do sexo transformando-nos em sujeitos corporais sexuados. E haverá de ser assim mesmo, citando, que poderá ser factível o deslocamento da lei da heterossexualidade. O sujeito está comprometido com o poder ao qual se opõe, dado que são as normas que discute as que estão implicadas em sua formação como sujeito. Butler destaca que a ação do sujeito é interna e não externa ao poder e que, por isso, a capacidade de ação não pode se conceber a partir do ângulo do sujeito voluntarista, livre para escolher incondicionalmente. Porém ele tem força para atuar. O entrelaçamento das citações pode ser desfeito em favor de outorgar significação a corpos e estilos da vida que a lógica simbólica hegemônica excluiu como abjetos para fortalecer, por esse meio, o valor daqueles corpos normativos que foram designados, materializados, como corpos que importam.

Butler afirma que essa é, se é que há alguma, a “dimensão normativa” (BUTLER, 2002, p.47) de *Bodies that Matter*:

Neste livro meu propósito é chegar a uma compreensão de como aquilo que foi excluído ou desterrado da esfera propriamente dita do “sexo” – entendendo que essa esfera se afirma mediante um imperativo que impõe a heterossexualidade – poderia ser produzido como um retorno perturbador, não somente como uma oposição *imaginária* que produz uma falha inevitável na aplicação da lei, senão como uma desorganização capacitadora, como a ocasião de rearticular radicalmente o horizonte simbólico no qual há corpos que importam mais que outros (BUTLER, 2002, p.49).

Essas são fortes limitações que Butler detecta no construtivismo de signo determinista: que esse modelo não permite pensar nos atos de exclusão do discursivo nem na potência do sujeito humano para a ação. No esclarecimento da performatividade que se evidencia em *Bodies that Matter* se acentua, precisamente, esse âmbito do excluído e sua energia para a transformação das categorias; das categorias sedimentadas, porém de existência sempre instavelmente sustentada na necessidade da repetição. Se Butler continua usando o termo “construção”, não o faz, senão a partir da dimensão performativa da construção. Em *How Bodies Come to Matter*, além de em seu *Bodies that Matter*, Butler havia negado aderir ao construtivismo radical, insistindo em que aquilo que pretende mostrar é como a polêmica entre o essencialismo e o construtivismo se funda num paradoxo não facilmente superado. Dizer que não há materialidade prévia que possa ser acessível à ordem discursiva, já que, se nos conformamos a ela, à materialidade, é enquanto já inserida no discursivo, não é afirmar que o corpo não é nada mais que o produto de uma construção. O construtivismo estabelece aqui um outro limite, um limite num caminho distinto daquele assinalado anteriormente como sua incapacidade para refletir sobre as exclusões internas ao mecanismo de construção discursiva. Esse outro limite é o indicado por aquele “lugar” que a construção não pode albergar: “afirmar que o corpo é um referente escorregadio não é o mesmo que afirmar que é somente e sempre construído. Em algum sentido, isso é precisamente afirmar que existe um limite à construção, um lugar, por dizer de alguma maneira, onde a construção necessariamente encontra seu limite” (BUTLER, 1998, p.278)⁶.

⁶ A tradução da citação em espanhol é de competência da autora desse texto. A tradução em português segue o texto em espanhol.

Com certeza Butler (ela mesma o admite) leva sua análise sobre o corpo até o campo da linguagem. O “Prefácio” de “Corpos que importam” inicia com as seguintes palavras: “Comecei a escrever este livro tratando de considerar a materialidade do corpo, porém rapidamente comprovei que pensar na materialidade me arrastava invariavelmente a outros terrenos” (BUTLER, 2002, p.11)⁷. É igualmente evidente seu interesse em deixar claro que o corpo não se reduz à linguagem, embora seja complexa a vinculação entre corpo e linguagem.

Um dos subtítulos contidos na obra de Butler nos lança a pergunta: “Os corpos são puramente discursivos?” (BUTLER, 2002, p.109). Essa suposta materialidade do corpo, ela nos diz, a que tentamos nos referir em termos linguísticos, é justamente onde a linguagem fracassa em captar o que todavia tenta insistentemente denotar. É algo que a linguagem “demanda” e que, nesse sentido, tem a ver com a linguagem, embora não seja de modo estrito uma parte da linguagem. A materialidade formulada na linguagem “conservará essa postulação como sua condição constitutiva”. “A distinção absoluta”, prossegue Butler, “entre linguagem e materialidade, que procurava assegurar a função referencial da linguagem, debilitava radicalmente essa mesma função” (BUTLER, 2002, p. 109), porque a linguagem não pode indicar aquilo que tem sido postulado como radicalmente exterior a si mesmo. Mas disso não se pode concluir nem que o corpo seja exclusivamente uma realidade linguística, como já foi dito, nem que o corpo não tenha a ver com a linguagem. Materialidade e linguagem não são, em última análise, a mesma coisa e, por outro lado, não deixam de estar profundamente imbricados em uma mútua interdependência. Butler diz: “A linguagem e a materialidade nunca são completamente idênticas nem completamente diferentes” (BUTLER, 2002, p.111)⁸.

⁷ Butler insistirá nesta ideia em obras posteriores como em *Excitable Speech* (BUTLER, 1997) e também em *Undoing Gender*. Nesta última escreve: “There is always a dimension of bodily life that cannot be fully represented, even as it works as the condition and activating condition of language” (BUTLER, 2004a, p. 198-199).

⁸ Retomando ideias desta obra, Butler dirá em *Mecanismos psíquicos del poder. Teorías sobre la sujeción*: “A afirmação de que o corpo é ‘formado’ por um discurso não é simples, e logo de início devemos esclarecer que esta ‘formação’ não equivale a ‘causa’ ou ‘determinação’, e menos ainda significa que os corpos estejam de algum modo feitos de discurso puro e simples” (BUTLER, 2001^a, p.96).

A produção de ontologia como campo de contestação

Um olhar centrado na polêmica sobre o construtivismo que motivou *Bodies that Matter*, assim como também atento às refutações presentes no mesmo texto, é aquele oferecido por Veronica Vasterling em seu escrito *Butler's Sophisticated Constructivism: A Critical Assessment* (VASTERLING, 1999). Embora essa autora considere que o paradigma de Butler é o do construtivismo radical, reconhece, não obstante, que em suas argumentações desenvolva uma “sofisticada” versão que consegue superar o monismo e o determinismo linguísticos.

Vasterling se ocupa fundamentalmente em elucidar se a proposta de Butler tem somente um alcance epistemológico ou se também contempla um pronunciamento ontológico. O primeiro caso, o do argumento epistemológico, não deságua por si mesmo em um monismo linguístico, já que se trata do modo como o corpo é acessível ao conhecimento, mantendo-se sua acessibilidade unicamente através de suas construções discursivas. Porém o que não se sustenta é que seja a linguagem o que determina a realidade em sua faceta ontológica. Em *How Bodies Come to Matter*, Butler, interrogada sobre se sua obra não tem implicações ontológicas nas quais se formulam juízos sobre como é o mundo, especifica que sua teoria versa sobre os efeitos ontológicos que se mobilizam no discurso e que, a partir disso, e somente a partir disso, é que seria aceitável relacioná-la com questões ontológicas. Seu trabalho com as enunciações de caráter ontológico não é para investigar sua “verdade” ou “falsidade”, senão para provocar nelas uma greta que permite ressignificá-las e reorientá-las numa direção divergente à da metafísica dominante. Butler diz, em uma formulação muito potente, que o importante é produzir ontologia como “campo de contestação” (BUTLER, 1998, p.279). De acordo com ela, e também em relação ao tema ontológico, os termos não devem ser proibidos. Ela usa os termos ontológicos com o fim de impedir, mediante sua repetição, que continuem exercendo seus mais habituais efeitos constrictivos de poder, com o fim de impedir que persistam em distribuir realidade a alguns corpos a custo da abjeção de outros, isto é, da recusa de certos corpos cujas vidas são estimadas, mediante um processo discursivo, como não visíveis.

De *How Bodies Come to Matter*, contudo, Vasterling retém, em particular, a passagem na qual Butler se aproxima, em certa medida e “temporalmente”, da versão derridiana acerca da orientação epistemológica kantiana, argumentando que “a afirmação ontológica não pode nunca capturar seu objeto por completo”, porque o referente, face ao que indica, “não está completamente construído na linguagem” (BUTLER, 1998, p.279). Aquilo que não seja um efeito linguístico nos é inacessível e o referente se entende que é algo distinto do efeito linguístico; por isso o referente não pode ser objeto de apropriação e por isso também é que existem variados modos de se referir a algo. Vasterling ressalta como essas teses de Butler implicam sua aceitação, como na tradição kantiana, dos limites da linguagem e do conhecimento, o que supõe que o que depende da linguagem é o conhecimento, a inteligibilidade das coisas, não se negando com isso a possibilidade de que, em seu exercício, a linguagem deixe um “resto ontológico” (VASTERLING, 1999, p.22)⁹. Porém, Butler é categórica em observar que não há realidade além da linguagem à que se pode aceder de algum modo. Vasterling, que leu com atenção essa ideia¹⁰, discute a conveniência dessa assunção epistemológica, que considera excessivamente restritiva, já que situa na linguagem tanto a inteligibilidade das coisas como sua acessibilidade. Opina

⁹ Vasterling, em seu posterior trabalho *Body and language: Butler, Merleau-Ponty and Lyotard on the Speaking Embodied Subject* (VASTERLING, 2003), em particular (p. 207-210), também se refere ao que ela denomina giro lingüístico da epistemologia kantiana no pensamento de Butler, no qual o que em Kant é o sujeito transcendental é em Butler a linguagem. A distinção de Butler, afirma Vasterling (p.207), entre referente e efeito linguístico, corresponde à distinção kantiana entre coisa em si e fenômeno. Ainda que, em minha opinião, esta equiparação não se possa admitir sem mais matizações. Em Butler o referente não tem nem o sentido nem a força ontológica da coisa em si kantiana. Ademais, é difícil vincular o sujeito transcendental estruturado – bastante rigidamente- a uma noção da linguagem na qual se afirma que a linguagem, em seu percurso histórico, móvel e temporal, tem efeitos ontológicos.

¹⁰ Outras críticas, contudo, não considero que tenham, neste ponto, acertado plenamente na compreensão do pensamento de Butler. Assim, Maria Luísa Femenías em sua obra *Judith Butler: introducción a su lectura* (FEMENÍAS, 2003, p.189-190), considera que em *Gender Trouble* Butler mantém uma postura “hiperconstrutivista” enquanto que em *Bodies that Matter* se insere em um “dualismo metafísico”. Em meu juízo, a convincente réplica de Butler ao debate entre essencialismo e construtivismo radical a separa tanto do hiperconstrutivismo quanto do dualismo metafísico que, não esqueçamos, é uma opção filosófica que faz depender a habitável realidade humana de uma ordem outra, a que considera mais plenamente ser, o lugar da verdade e o bem em si inalteráveis; mundo transcendente este que alguns, como Platão, postulam como cognoscível e, outros, como Kant, embora considerando-o incognoscível, defendem enquanto que referente inescusável que deve guiar nossa razão teórica e a prática, à ação moral. Butler, como foi explicado, não outorga valor determinante a esse “algo” não capturável por completo pela linguagem. Ela se refere a isso unicamente no contexto em que está rebatendo o idealismo do monismo e do determinismo lingüísticos. Nem *Bodies that Matter* implica, como afirma Femenías (p. 190), uma “segunda etapa” em seu pensamento nem aqui “sobrevoa” “um fantasma kantiano” Butler se remete a Kant no aspecto em que incide nos limites do conhecimento, porém não compartilha em absoluto nem sua concepção da ontologia nem seu encontro de uma via de acesso, a razão prática, a essa realidade ontologicamente plena, a coisa em si. Butler afirma, já o citamos, que é crucial produzir ontologia como “campo de contestação”.

Vasterling que Butler está vinculando acessibilidade e inteligibilidade, não dando oportunidade a que possa haver um caminho extralinguístico que se conecte com as coisas à margem de sua inteligibilidade.

Um certo acesso aos fenômenos que não implique em seu conhecimento ou em seu entendimento parece possível para Vasterling. A vivência fenomenológica do corpo é a que a autora considera em seu contexto. De acordo com a fenomenologia, o corpo é uma matéria que persiste e Vasterling relaciona essa concepção do corpo a uma passagem do texto de Butler na qual ela alude à materialidade do corpo como algo que persiste, especificando que o que persiste é “uma demanda na e pela linguagem” (BUTLER, 2002, p.108), algo que requer ser descrito, explicado, interpretado, analisado. Vasterling, detectando certa aproximação com a fenomenologia nessa passagem de Butler, converte aquilo que persiste como a “demanda na e pela linguagem” no “corpo ininteligível” (VASTERLING, 1999, p.25) ao que temos acesso através da experiência vivida. Deste modo, Vasterling replica a tese que vincula acessibilidade e inteligibilidade – e que ela lê na obra de Butler como sua principal postura epistemológica –, lançando mão de um ponto de vista fenomenológico¹¹ que, assim, embora somente em certos momentos e mais implícita que explicitamente, detecta em *Bodies that Matter*.

A preocupação pelo abjeto, muito presente em Butler e mais concretamente em *Cuerpos que importan*, não pode senão nos fazer rejeitar a crítica de Vasterling. O que Butler chama de abjeto é o rechaçado, o considerado como não-significativo e não-experimentável. O corpo abjeto seria, assim, um corpo não inteligível, um corpo que *não importa*. Tem-se acesso a esse corpo abjeto, porém, não através da vivência fenomenológica pura, senão mediante o discursivo mesmo, porque – e aqui está o nó crucial para refutar Vasterling – Butler não dá por presumido o corpo abjeto como realidade previamente dada, mas afirma o caráter ininteligível, abjeto, desse corpo que está instituído discursivamente. Como dissemos anteriormente, o excluído da significação, o âmbito do exterior constitutivo, que não é de um “exterior absoluto”, está de forma imanente

¹¹ Em seu texto “Body and language: Butler, Merleau-Ponty and Lyotard on the Speaking Embodied Subject” (VASTERLING, 2003), Vasterling explica mais detalhadamente o ponto de vista sobre a relação entre corpo e linguagem de Merleau-Ponty e o confronto com a perspectiva de Butler e de Lyotard. Vasterling considera que é mérito de Merleau-Ponty haver reabilitado o corpo sensível, um corpo expressivo e intencional do que depende, e não somente da linguagem, o que vemos e entendemos. Merleau-Ponty, conclui Vasterling, dá resposta a questões que em Butler permanecem insatisfeitas.

produzido por e no processo de significação e, a partir daí, sua capacidade para irromper, subvertendo os limites e as definições das categorias hegemônicas. Isso implica que, por uma parte, Butler não identifica simplesmente acessibilidade e inteligibilidade, embora assimile acessibilidade e linguagem, porém deve entender-se que ambas formulações não dizem o mesmo, posto que desse âmbito do linguístico deriva tanto o inteligível quanto o ininteligível, o que se pode nomear tanto quanto o que não se pode nomear – assunto de que tratará Butler em *Excitable Speech* – e, por outro lado, implica que a possibilidade de ação do despojado de inteligibilidade não depende da vivência corporal fenomenologicamente imediata. Em *How Bodies come to Matter* (BUTLER, 1998, p.282)¹², Butler afirma que a abjeção é “um processo discursivo”, afirmando ainda que os “discursos habitam os corpos”, “são parte de seu próprio sangue vital”: não podemos considerar que o processo discursivo segue por um caminho e o corpo vivido por outro.

Concordamos com Vasterling em que o corpo ininteligível pode ser uma grande força crítica e uma potente fonte criativa (VASTERLING, 1999, p.25)¹³, mas, em termos butlerianos, esse núcleo de resistência não é um elemento extralinguístico, não é, como em Vasterling, um corpo alheio ao poder discursivo e inabordado pelos significados linguísticos. A linguagem é, sem dúvida, um âmbito dinâmico de possibilidades não predetermináveis, sempre à espreita de trazer à presença mundos imaginados, ainda que, momentaneamente, não disponíveis.

Interessada, ademais, na noção de um agir articulado na teoria de Butler, Vasterling afirma que ela permite uma certa capacidade de ação. Em princípio, a iterabilidade derridiana faz recair o peso da mobilidade do significado, de sua estabilização ou desestabilização, no funcionamento interno da linguagem. É o próprio mecanismo linguístico, mecanismo de espacialização e temporalização, que gera significados a partir de uma dinâmica de diferenciação de signos linguísticos. Vasterling indica, a esse respeito,

¹² É muito interessante, ademais, reter desta entrevista como defende Butler a sua tendência teórica a ser cautelosa no momento de proporcionar exemplos concretos que podem aclarar suas posições. O perigo que encerram os exemplos é que podem acabar por se converter em normativos, restringindo o significado dos termos para outros usos úteis, todavia não previstos. Contudo, Butler procede a dar alguma imagem mais concreta sobre o que entende por abjeto. O abjeto, nos diz ela, não somente tem a ver com corpos cujos sexos, gêneros, sexualidades, estão fora da norma hegemônica; também alude a corpos e vidas que são rechaçados por sua pele, raça, etnia, religião, cultura, entre outras possibilidades. Nos Estados Unidos, precisa ainda mais, as vidas não ocidentais são, em muitos casos, consideradas abjetas.

¹³ Vasterling intitula um dos capítulos de seu texto do seguinte modo: “The Unintelligible Body as Critical Force and Creative Resource”.

que, para que seja possível falar da capacidade de ação do sujeito, não é suficiente que ele se veja inserido no processo de reiteração e repetição; é preciso que o sujeito possa participar, atuar no processo. Ainda que possa parecer que a concepção derridiana utilizada por Butler exclua a atuação do sujeito, Vasterling reconhece que ela admite a intencionalidade do sujeito, que o sujeito seja capaz de propor significados quando fala ou atua. Sem dúvida esses atos intencionais não podem ser controlados por completo em seus efeitos ou consequências, porém, mesmo assim, poderiam, podem provocar uma alteração na cadeia de significados. Compreendida deste modo, Vasterling sustenta que a teoria da linguagem de Butler não elimina a ação do sujeito, mas torna possível a iniciativa do sujeito e possibilita que sua intervenção logre êxito, sempre que essa iniciativa seja seguida e estendida por outras pessoas.

Vasterling acerta, assim mesmo, em seu comentário sobre o impulso para a contestação social e política que oferece o pensamento de Butler. A esse respeito se deve destacar como a lei hegemônica, aquela de cujo cumprimento depende da nossa aceitação como sujeitos humanos, funciona mediante a produção de uma série de exclusões violentas e agressivas. Conhecer a força negativa da norma determina que nos oponhamos a ela, não para eliminar por completo as normas, senão para abri-las em direções mais humanizadoras. Butler, bem o destaca Vasterling, não afirma que seja alcançável a meta da inclusividade total ou radical; isso sequer seria conveniente porque poderia ter um efeito totalitário, antidemocrático, de restringir a pluralidade, de impedir o jogo de diferenças positivas em que frutificam as posições subjetivas.

Todas as categorias e definições, de acordo com Butler, funcionam mediante atos de exclusão, porém nem todas as exclusões são iguais. As problemáticas são as exclusões violentas que arremessam para fora do humano um conjunto de indivíduos segundo o ditado pela norma hegemônica. A inclusividade radical, contudo, é desejável quando funciona como ideal que sempre está disposto a revisar seus possíveis exercícios de exclusão e como ideal que há de entender-se em sua pretensão de lograr o reconhecimento de toda vida humana sob a categoria de sujeito inteligível e não como orientação que persegue a opressiva anulação de toda classe de diferenças. Vasterling reconhece desse modo que a formulação de Butler estabelece critérios para discriminar o valor das distintas

estratégias de resignificação¹⁴. Na apropriação butleriana, a teoria da democracia radical opera positiva e produtivamente, outorgando pautas para a ação, para a atuação de um sujeito que está configurado a partir do discurso e no discurso, com potência para a inovação crítica.

Reapropriações subversivas

Um entendimento da performatividade que faz visível a rearticulação dos termos em uma direção menos excludente, em que as categorias sejam um permanente lugar de oposição e, por isso, de abertura, é claramente defendida por Butler.

A rigidez e a imobilidade das estruturas psicanalíticas podem ser também utilmente rompidas através da estratégia de uma repetição subversiva dos termos, evidencia Butler em sua singular e inteligente ficção acerca do “Falo lesbiano” (BUTLER, 2002, p.95-142)¹⁵, em *Bodies that Matter*. Trata-se de uma exemplificação de como o símbolo do falo pode ser expropriado eficazmente dessa parte do corpo chamada pênis e como pode circular no contexto de corpos sem pênis que se reapropriam do valor da autoridade inscrita no falo. Permanece em questão o falo em sua dimensão psicanalítica de significante privilegiado, ao mostrar-se a possibilidade da sua substituição, a partir de sua suposta “origem” masculina, a partir de seu lugar estrutural “apropriado”, em outras partes do corpo, como poderiam ser o braço, a mão, um músculo ou qualquer outra região corporal suscetível, enfim, de ser instrumentalizada. Porém o falo significa não tanto enquanto um momento que dá início a

¹⁴ Em seu texto *La cuestión de la transformación social* (BUTLER, 2001b, p.28), Butler afirma que no caso em que toda resignificação for válida não teríamos critério para recusar a resignificação do socialismo que supôs o nacional-socialismo nem para aprovar o movimento anti-Apartheid. A reapropriação pode trabalhar contra a liberdade, sem dúvida. Butler se arrisca pelas resignificações em favor da extensão da vida vivível, porém esta extensão não pode apoiar-se no racismo ou na misoginia ou na violência. Então, o movimento anti-Apartheid, ao que ela alude, seria plausível enquanto luta contra o racismo e a violência. Por último, a resignificação não pode encontrar valor somente em si mesma, há de ser valorada de acordo com o critério que supõe o projeto sociopolítico do qual Butler participa, o da democracia radical. Butler é muito clara neste ponto: “que inovação tem valor e qual não tem? *As normas que consultaríamos para responder a esta pergunta não podem derivar elas mesmas da resignificação*. Têm que derivar de uma teoria radical democrática e, portanto, a resignificação tem que se contextualizar desse modo”.

¹⁵ O capítulo dedicado ao “Falo lesbiano” tem por título “The Lesbian Phallus and the Morphological Imaginary” (BUTLER, 1993, p. 57-91).

uma cadeia de significação, mas enquanto está submetido a um movimento de significação que é o que sustenta seu caráter de significante privilegiado. Porém o falo pode ser desterritorializado. Ele evidencia o início de uma prática significante reiterada, capaz de significar em lugares e de maneiras que excedem a posição simbólica privilegiada por Lacan, para quem é a partir dessa posição que se controla o significado e o acesso ao mundo. Butler denuncia o falocentrismo, o androcentrismo fálico do esquema representativo lacaniano.

Seria uma interpretação inoportuna, afirma Butler em *Gender as Performance* (BUTLER, 1994, p.37), reduzir o “Falo lesbiano” à noção de *dildo*¹⁶. A força da argumentação que questiona a estrutura das posições lacanianas de ter o falo – a posição masculina – e de ser o falo – a posição feminina – perderia com isso sua potência. Permanece desarticulado esse marco conceitual quando as posições se cruzam, se entrecruzam de modo que não se sustentam mais como mutuamente excludentes, senão que expõem que as identificações acontecem em uma grande variedade de caminhos. O contexto lésbico da narração do “Falo lesbiano” é uma tática para dar autoridade ao lesbianismo. No caso da mulher heterossexual, irrompe a pergunta sobre o que poderia significar ter o falo fora da terrível suposição psicanalítica da mãe fálica.

A transferibilidade fundamental do falo presente em *Bodies that Matter* tem o propósito, ainda que não isoladamente, de romper a integridade do imaginário masculino psicanalítico e de quebrar esse vínculo que foi naturalizado entre o Falo e a morfologia masculina. Diferentemente da vontade de Irigaray de criar um contraimaginário lacaniano, um imaginário feminino, Butler levanta também uma questão face a um tal imaginário feminino, porque, do seu ponto de vista, a sexualidade feminina não deixa de estar construída – e, em consequência, nem da sexualidade lésbica está ausente a constrição “falocêntrica”. O “Falo lesbiano” não pretende, em sentido estrito, eliminar o falo, mas deslocá-lo em torno de novos significados, nem masculinistas, nem heteroxistas; significados críticos com respeito à lógica hegemônica da diferença sexual que, em Lacan, remete tanto a uma questão anatômica quanto linguística; e significados capazes de suscitem imaginários alternativos de prazer. Num sentido mais amplo, por outro lado,

¹⁶ Segundo a própria autora, Elvira Burgos Díaz, o termo *Dildo* é um termo em Inglês que se refere a um brinquedo sexual que tem forma aproximativa ao órgão sexual masculino. Butler quer aqui mencionar que a noção de “Falo lesbiano” não pode se assimilar sem mais a um brinquedo sexual nesta forma.

Butler (BUTLER, 1998, p.14) indica que seu texto “O Falo lesbiano” aponta como a linguagem e os significados corporais não podem capturar com plenitude o corpo, um corpo a que se alude enquanto o produto de uma estática construção linguística completa.

Não no contexto desse exercício paródico do “Falo lesbiano”, mas em relação a sua denúncia do esquema de sexualização lacaniana, Butler afirma aquilo que Lacan nega, que as interrelações complexas e múltiplas entre identificação e desejo que dão lugar a identificações não normativas podem ocasionar a ruptura do marco binário e podem, portanto, afetar a estabilidade da ordem simbólica. Para Butler, as identificações pertencem à esfera do imaginário; fruto de um desejo que nunca acaba de concretizar-se ao todo. São ocasiões para a desestabilização do eu porque “são a sedimentação do ‘nós’ na constituição de qualquer ‘eu’, a presença estruturante da alteridade na formação mesma do ‘eu’” (BUTLER, 2002, p.159)¹⁷. Funcionam de acordo com o elemento da iterabilidade e, por ela, estão capacitadas para resistir à lei, para alterar a esfera do simbólico. Em Lacan, contudo, o fracasso das identificações, que acontecem no campo do imaginário, não consegue em absoluto debilitar uma lei, o simbólico, que é concebida como imutável. Butler enfatiza como a teoria de Lacan não permite ir contra a obrigatoriedade da heterossexualidade, lei pertencente ao terreno do simbólico, porque mantém firmemente uma distinção imutável entre a ordem do imaginário e a ordem do simbólico. As identificações discordantes correspondentes ao espaço do imaginário, em síntese, não penetram de nenhum modo no espaço da lei do simbólico.

A luta contra o sexismo e contra a lesbofobia e homofobia permanece desarticulada como inoperante da perspectiva de Lacan. Essa é uma consequência da separação entre a ordem do imaginário e a do simbólico. Em todo o caso, a resistência antissexista, anti-homofóbica, localizada numa outra esfera diferente da do simbólico, seria uma ação temporal, porém incapaz de penetrar na estrutura simbólica para resignificar com eficácia a reiteração de seu poder. Como em Butler, o simbólico não é uma lei fixa senão o resultado de uma série de atos performativos sustentados pela dinâmica da iterabilidade, o poder do simbólico, dependente dessa cadeia de nomeações, podendo ser quebrado em direções inesperadas.

¹⁷ Este capítulo de *Bodies that Matter* tem por título: “Identificación fantasmática y la asunción del sexo” (BUTLER, 2002, p. 143-178); “Phantasmatic Identification and the Assumption of Sex” (BUTLER, 1993, p.93-119).

Práticas revolucionárias, em sua repetição, como a da “lésbica falicizada” ou a do “maricas efeminado” (BUTLER, 2002, p.166), não constituem somente, como pensa Lacan, modelos do abjeto que estão aqui como possibilidades, geradoras de castigos horríveis, que devem ser rechaçadas em benefício do ajuste ao único modo viável de sexualização, o binarismo heterossexual. Tais figuras indicam para Butler o modo em que a lei pode regressar contra si mesma, dando lugar a encantadoras formas sublevadas de sexualidade que não tem por que serem nem fantasias irrealizáveis¹⁸ nem meramente passageiras, efêmeras no imaginário, senão que poderiam alcançar a reformulação do simbólico para que dê refúgio, legitimidade cultural a essas sexualidades não normativamente heterossexuais.

Porém convém precisar, neste ponto, que a disputa de Butler contra a lei heterossexual lacaniana não se estende a todo tipo de prática heterossexual. É contra a heterossexualidade heterossexista, repudiadora da homossexualidade – a que é mantida por Lacan – que Butler dirige seus argumentos, admitindo explicitamente que a heterossexualidade não é em todos os casos uma prática fundada na abjeção da homossexualidade (BUTLER, 2002, p.168). O ponto central da análise de Butler determina que a busca de uma identidade hermeticamente coerente é o motivo principal da exclusão de posições que se percebem como abjetas enquanto são consideradas uma ameaça para a coerência do sujeito.

Acertadamente, no contexto de *Bodies that Matter*, Butler enuncia que do que se trata não é, sem mais, de uma ampliação numérica das identidades, das identidades subtraídas cada uma delas de sua própria coerência. Porque, então, junto com o maior número de divisões de identidades, também aumentariam seus exercícios de exclusão. Como especificará Butler em *Undoing Gender*:

Uma tendência dentro dos estudos de gênero foi assumir que a alternativa ao sistema binário do gênero consiste em multiplicar os gêneros. Esse ponto de vista

¹⁸ Butler trata o tema da força da fantasia, de seu poder para inverter o discurso da lei, em seu texto *The Force of Fantasy: Mapplethorpe, Feminism, and Discursive Excess* (BUTLER, 1990, p. 105-125). O trabalho está também publicado em Sara Salih with Judith Butler (eds.), *The Judith Butler Reader* (BUTLER, 2004, p. 183-203). Na introdução de Salih ao escrito de Butler (pp. 183-184), comenta que Butler problematiza a distinção entre a fantasia e o “real” uma vez que o “real” pode ser uma construção fantasmática, uma construção variável que está em relação com seu “exterior constitutivo”. A fantasia é fundamental para o “real” já que o “real” se constroi sobre a base de sua diferenciação com a fantasia. A fantasia, em síntese, pode romper o binarismo da heterossexualidade normativa.

provoca invariavelmente a pergunta: quantos gêneros podem haver e como se denominarão? Porém, a alteração do sistema binário não deveria necessariamente conduzir-nos a uma quantificação do gênero igualmente problemática (BUTLER, 2006, p. 71)¹⁹.

É preciso modificar o modo de conceber as posições identitárias: não se deve retê-las como posições estruturais rígidas, mas como lugares temporais, dinâmicos, que se conectam e se interrelacionam uns com os outros e que, ademais, sob um impulso democrático, não cessam de modificar criticamente as ações de exclusão que efetuam.

Adverte-nos Butler: a identidade coerente se sustenta em uma série de exclusões, de atos de crueldade; crueldade também contra si mesma, ou contra si mesmo, já é preciso mutilar facetas que habitam em nossa constituição múltipla, em todos os sujeitos. Reivindicar a supressão ou superação da identidade tampouco é o propósito do texto de Butler. Esse seria também um ato de violência, de autoviolência, já que supõe exigir do sujeito a renúncia àquilo, a identidade, que lhe outorga viabilidade cultural. Não obstante, se a intenção de sua análise é promover uma compensação, mediante a aceitação do entrecruzamento de variadas identificações, reduz-se a concepção segundo a qual somente se pode alcançar a identidade repudiando taxativamente as outras identidades.

Arriscar o próprio eu

Em linguagem direta e clara, assim expressa-se Butler:

O maior perigo para mim é o perigo do sujeito autônomo e monolítico que pretende estabelecer limites e impermeabilidades absolutas, porque esse é o sujeito que se nega a reconhecer seu caráter fundamentalmente social e sua interdependência. E me parece que sobre este tipo de base não se pode construir nenhuma ética ou política sólidas (BUTLER, 2008, p.410)²⁰.

¹⁹ O esforço do pensamento de Butler se dirige a debater o binarismo de gênero, e o marco heterossexual em que se afirma, porém não a fechar o gênero. É importante entender que sua perspectiva de análise, como escreve mais adiante neste mesmo texto, é a “que trata de mostrar possibilidades de gênero que não estejam predeterminadas pelas formas de heterossexualidade hegemônica” (BUTLER, 2006, p.86).

²⁰ Entrevista con Judith Butler realizada por María Prado Ballarín e Elvira Burgos Díaz (BURGOS DÍAZ, 2008, p.395-422).

O conjunto de seu pensamento, com persistente seriedade, salienta a importância feminista e vital de “Colocar em risco o eu” (BUTLER, 2009, p.40). A identidade é uma arriscada aventura que nos acompanha durante todo nosso processo vital. Tornar visível o risco da identidade e, ainda mais, impulsionar decididamente a ação aberta em torno da própria autotransformação é uma das afirmações contundentes de Butler de amplo alcance feminista.

Se o eu, todo o eu, emerge no contexto, a crítica às normas exige uma indagação sobre como o contexto constitui o eu. Porque o eu não é algo em nenhum sentido anterior ou independente daquele suporte normativo que possibilitou sua emergência enquanto tal. Nesse caso, a crítica às normas é uma ação que supõe colocar em risco o próprio eu: na crítica às normas criticamos, inevitavelmente, dimensões de nosso próprio eu. De outro modo, não há crítica possível, porque a crítica não se refere somente a um contexto externo, senão que implica também “que eu mesma permaneça censurada para mim” (BUTLER, 2009, p.38). Esse é um caminho ambivalente: produz sofrimento, o rompimento de si, ao mesmo tempo em que oferece a dimensão positiva do pensar e do viver de outro modo distinto do exigido pela violenta ordem hegemônica.

Dar conta de si mesmo é seu projeto mais elaborado sobre como articular, de uma maneira diferente das convencionais, questões centrais como a ética e a responsabilidade. Incurrir na dependência, na interdependência constitutiva de todo eu, é o caminho. Em especial com o psicanalista Jean Laplanche, Butler indaga sobre como o sujeito é um tipo de ser reprimido, vinculado às outras pessoas, desde o princípio e de forma fundamental. Desde a infância, o sentido de si vai-se desenvolvendo a partir de uma tentativa de defesa contra as demandas opressoras que provêm das outras e dos outros.

O sujeito emerge dessa situação primária de não-liberdade. Sem dúvida as normas não determinam exaustivamente o sujeito, já que sua ação é performativa, aberta ao fracasso, porém, por outro lado, o sujeito não possui uma liberdade plena e radical que lhe permita ignorar as normas que o resguardam. Daí que condições vitais não escolhidas sejam motivo de muitos de nossos exercícios de resistência. O empenho por uma autocriação ou autorrealização próprias não pode evitar que enfrentemos com os mecanismos concretos que nos possibilitam ser sujeitos. A capacidade de ação, a liberdade, emana, por mais paradoxal que seja tal situação, de uma primária condição de não-liberdade.

Qual é a medida que um sujeito assim concebido permite discorrer sobre a dimensão da ética e da responsabilidade é o objetivo de *Dar conta de si mesmo*. A argumentação de Butler incide em sustentar precisamente que é essa concepção do sujeito – um sujeito não autotransparente nem autônomo nem plenamente consciente de si, de um sujeito que não é autofundante – que permite defender um comportamento eticamente responsável.

A obscuridade do sujeito para si mesmo decorre de ele ser primariamente constituído em relações de dependência. Trata-se de uma obscuridade gerada no processo de formação do sujeito que tem um alcance positivo para a vida humana. Ao contrário da tese divulgada, que atribui ao pensamento pós estruturalista um niilismo, um vazio ou um quietismo moral, escreve Butler:

Esta postulação de uma obscuridade primária para o eu, derivada das relações formativas, tem uma implicação específica para uma orientação ética em torno do outro. Com efeito: se somos obscuros para nós mesmos precisamente em virtude de nossas relações com os outros, e estas são o âmbito de nossa responsabilidade ética, pode-se deduzir que, precisamente em virtude de sua obscuridade para si mesmo, o sujeito estabelece e sustenta alguns de seus laços éticos mais importantes. (BUTLER, 2009, p.34).

Este modo da vulnerabilidade é reivindicado por Butler. É uma vulnerabilidade que provém de nossa sociabilidade e relacionalidade constitutivas e que tolera que o encontro com a outra pessoa nos transforme irremediavelmente. Desse modo, o sujeito está impossibilitado de permanecer dentro de si. Essa postura em risco do eu é uma forma de virtude. Reconhecer a própria cegueira, essa que provém do desconhecimento insuperável das condições relacionais concretas de nossa emergência como sujeitos, outorga capacidade para o reconhecimento das outras pessoas, igualmente obscuras para si mesmas. Se admito que eu não posso me manter na posição de ser igual a mim mesma em todo momento, poderia deixar de exigir identidade rígida às outras pessoas. Isso resiste à violência ética que reclama a identidade e mesmidade de cada sujeito consigo mesmo.

Tal atitude ética não se baseia no conhecimento; antes, requer a aceitação dos limites do conhecimento. Na linguagem do psicanalista Jean Laplanche, acentua-se como aquelas interpelações ou demandas das outras pessoas que, ainda que me incomodem, impulsionam minha constituição como eu, me precedem, precedem a minha consciência reflexiva, sendo constitutivas de minha subjetivação. É o que não posso possuir, o que não

posso recuperar, esse excesso do eu, o inconsciente como vida do excesso mesmo. O conjunto de relações primárias que me dão vida definem o meu eu, esse meu eu vulnerável, impressionável, desconhecido em parte para si, sem pleno domínio de si.

Desse exterior, dessas outras pessoas que estão aí antes que eu, procede o meu desejo, minha sexualidade, que conservará certa dimensão do externo e alheio a mim quando o desejo se faz o meu próprio desejo. Não se parte de um eu que, desde aqui, desde o ser eu, se abre ao mundo. Desde o princípio o eu se vê afetado pelas outras e outros. E esse enfoque que concede prioridade às outras e aos outros nos previne contra a defesa de um eu impermeável à precariedade da vida. Precisamente a outra, o outro, é condição de possibilidade de minha vida afetiva, de meus pensamentos, de meus desejos e prazeres: há “uma impossibilidade de distinção entre o outro e o eu no coração da minha identidade” (BUTLER, 2009, p.107).

Nessa concepção do sujeito oposta à ideia do sujeito soberano, dono de si, consciente e transparente para si, se abre a possibilidade de uma prática ética responsável e não violenta: “Se a violência é o ato pelo qual um sujeito procura reinstaurar seu domínio e sua unidade, a não-violência bem pode ser o resultado de viver o questionamento persistente do domínio egoico²¹ que nossas obrigações para com os outros induzem e requerem” (BUTLER, 2009, p.92).

Sob o ideal de um eu autônomo e autotransparente não se potencializa o comportamento eticamente responsável, porque a responsabilidade equivale ao reconhecimento dos limites do saber sobre si, em admitir esse nível de obscuridade que em mim habita e que me conecta e vincula com as outras pessoas. Como o indivíduo abandonado, centrado em si, fechado sobre si, poderia sustentar uma ética da responsabilidade? Esse eu individualista e narcisista promove, pelo contrário, uma ética da violência.

De acordo com o que foi dito, com o pensamento de Butler retomamos a figura positiva de um sujeito que não parte de uma identidade estável e autossuficiente, um sujeito que expõe a própria vida, que põe em questão as normas dominantes que impossibilitam ou dificultam o reconhecimento de identidades e desejos não normativos, ao tempo que

²¹ Segundo Elvira Burgos Díaz, “o domínio egoico (*el dominio yoico*) faz referência a essa concepção do eu como entidade autossuficiente e fechada em si mesma”. De fato, o termo utilizado no texto de Butler, *Giving an account* é precisamente “the egoic mastery”.

persegue desfazer o próprio eu, decompondo e subvertendo o sexismo e o heterossexismo que o habitam em alguma medida, inclusive sem terem sido atitudes decididamente eleitas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURGOS DÍAZ, Elvira. **Qué cuenta como una vida. La pregunta por la libertad en Judith Butler**. Madrid: Antonio Machado Libros, 2008.

BUTLER, Judith. **Bodies that Matter: On the Discursive Limits of 'Sex'**. New York and London: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. “La cuestión de la transformación social”, em Elisabeth Beck-Gernsheim, Judith Butler y Lúdia Puigvert, **Mujeres y transformaciones sociales**. Barcelona: El Roure, 2001b.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan. Sobre los límites materiales y discursivos del «sexo»**. Buenos Aires: Paidós. 2002 [1993].

BUTLER, Judith. **Dar cuenta de sí mismo. Violencia ética y responsabilidad**. Buenos Aires: Amorrortu, 2009 [2005].

BUTLER, Judith. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2006 [2004].

BUTLER, Judith. Entrevista con Judith Butler realizada por María Prado Ballarín y Elvira Burgos Díaz, en Elvira Burgos Díaz, **Qué cuenta como una vida. La pregunta por la libertad en Judith Butler**. Madrid: Antonio Machado Libros, 395-422, 2008.

BUTLER, Judith. **Excitable Speech. A Politics of the Performative**. New York and London: Routledge, 1997. Traducción castellana: *Lenguaje, poder e identidad*. Madrid: Síntesis, 2004.

BUTLER, Judith. “The Force of Fantasy: Mapplethorpe, Feminism, and Discursive Excess”, em Sara Salih with Judith Butler (eds.), **The Judith Butler Reader**. Oxford: Blackwell Publishing, pp. 183-203, 2004b.

BUTLER, Judith. “The Force of Fantasy: Mapplethorpe, Feminism, and Discursive Excess”. **Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies**, vol. 2 (2), pp. 105-125, 1990.

BUTLER, Judith. “Gender as Performance. An Interview with Judith Butler”. **Radical Philosophy**, n.º 67, pp. 32-39 (Interview with Peter Osborne and Lynne Segal), p. 37, 1994.

BUTLER, Judith. “How Bodies come to Matter: An Interview with Judith Butler”, **Signs. Journal of Women in Culture and Society**, vol. 23, n.º 2, pp. 275-286 (Interview with Irene Costera Meijer and Baukje Prins), 1998a.

BUTLER, Judith. **Mecanismos psíquicos del poder. Teorías sobre la sujeción**. Madrid: Ediciones Cátedra-Universitat de València-Instituto de la Mujer, 2001a [1997].

BUTLER, Judith. “Troubling Philosophy: Interview with Judith Butler”, **Women’s Philosophy Review**, n.º 18, pp. 7-8 (Interview with Alessandra Tanesini), 1998b.

BUTLER, Judith. **Undoing Gender**. New York-London: Routledge, 2004a.

DERRIDA, Jacques. “Firma, acontecimiento, contexto”, em Jacques Derrida, **Márgenes de la filosofía**. Madrid: Cátedra, pp. 347-372, 1989.

FEMENÍAS, María Luisa. **Judith Butler: introducción a su lectura**. Buenos Aires: Catálogos, 2003.

VASTERLING, Veronica. “Body and language: Butler, Merleau-Ponty and Lyotard on the Speaking Embodied Subject”, **International Journal of Philosophical Studies**, Vol. 11 (2), pp. 205-223, 2003.

VASTERLING, Veronica. “Butler’s Sophisticated Constructivism: A Critical Assessment”, **Hypatia**, vol. 14, n.º 3, pp. 17-38, 1999.